

Resenhas

Os intelectuais na Idade Média

autor Jacques Le Goff
cidade Rio de Janeiro
editora José Olympio
ano 2003

O livro de Jacques Le Goff foi editado pela primeira vez em 1957 e teve sua segunda edição em 1985, sem modificações (ambas por *Editions du Seuil*). Essa nova edição em língua portuguesa confirma, mais uma vez, sua importância entre os clássicos que nos possibilitam uma leitura da educação inserida nos fenômenos de longa duração, especialmente quando propicia uma releitura de um período histórico que foi preconceituosamente convencionado como a “Idade das Trevas”. O leitor ainda tem acesso ao *ensaio bibliográfico* cuidadosamente preparado por Le Goff (36 páginas). Entre os problemas colocados pelo autor está o da organização corporativa do magistério, presente desde a gênese da sua constituição. Um outro aspecto que se destaca na leitura é a gênese da definição da “função docente” imbricada na negociação do reconhecimento social. Os *intelectuais* estão situados na evolução escolar, na revolução urbana que vai do século X ao século XIII: a separação entre escola monástica, reservada aos futuros monges, e escola urbana, em princípio aberta a todos, sem exclusão dos estudantes que permanecem leigos. Ao lado do nascimento e da riqueza, o sistema universitário permitiu uma real ascensão social a um certo número de filhos de camponeses, por meio do exame, um processo totalmente novo no Ocidente.

Foi pela evolução das escolas catedrais, assumindo um caráter mais corporativo, que se alcançou o instituto de universidade: o *studium generale*. Em Paris, o *studium generale* nasce ao redor da escola episcopal onde se destacou o prestígio de Abelardo, por volta de 1150, instituindo um curso referente ao *trivium* (as três artes liberais elementares: gramática, retórica, lógica), depois à teologia, ao direito, à medicina, que vinham constituir o nível superior de ensino. Os cursos eram de artes e teologia. Para a docência de artes exigia-se pelo me-

nos seis anos de estudo e a idade mínima de 20 anos. Para o ensino de teologia requeriam-se pelo menos oito anos de estudos (cinco anos de teologia e a idade de 34 anos). Concluído o curso de artes o estudante prestava exame diante de três ou quatro mestres; em seguida era admitido à *Determinatio*, ou seja, à exposição independente e pessoal de certas questões, sob a presidência do respectivo professor. Este evento dava-se no período quaresmal. Promovido a bacharel (*baccalaureus*), passava a explicar publicamente os livros oficiais de texto por um espaço de dois anos. Esses livros eram as obras de Aristóteles e as obras gramaticais de Prisciano. Depois disso recebia o título de *Magister Artium*. Para o magistério de teologia a exigência era maior, exigia-se três bacharelados: o bacharel bíblico lecionava durante dois anos a Sagrada Escritura. O bacharel sentenciário lecionava as sentenças de Pedro Lombardo, depois disso tinha-se o *Magister actu regens*. As duas principais formas de ensino eram a lição (*lectio*), que consistia na leitura e na explicação de um determinado texto e a disputação (*disputatio*), que era conduzida por um ou mais mestres, numa espécie de torneio intelectual.

O mundo muçulmano precisava das matérias-primas do ocidente (madeiras, espadas, peles, escravos) para suas enormes clientelas urbanas – de Damasco, de Feustat, de Tunis, de Bagdá, de Córdoba. Os embriões das cidades são os “portus” e se desenvolvem de modo autônomo ou ligado aos flancos das cidades episcopais ou dos “burgos” militares, desde o século X. No século XII os produtos mais raros do Ocidente vêm do Oriente, com as especiarias e a seda os manuscritos trazem ao Ocidente cristão a cultura greco-árabe. As obras de Aristóteles, de Euclides, de Ptolomeu e de Galeno acompanharam no Oriente os cristãos heréticos – monofisistas e nestorianos – e os judeus perseguidos por Bizâncio, e por eles foram legadas às bibliotecas e escolas muçulmanas que as receberam em grande número. O encontro entre o Ocidente e o Oriente é, antes de tudo, uma frente militar de combate com armas, nas Cruzadas. Os tradutores do grego para o latim foram espanhóis que viveram sob o domínio muçulmano, assim como judeus e muçulmanos. Le Goff empenha-se em mostrar que mais do que a matéria, a contribuição maior talvez tenha sido o método: a curiosidade, o raciocínio e toda *Lógica Nova* de Aristóteles com as duas *Analíticas* (*priora e posteriora*), os *Tópicos*, os *Elenchi* (*Sophistici Elenchi*) que acrescentaram à *Lógi-*

ca Vetus – conhecida por meio de Boécio. As contribuições propriamente árabes podem ser exemplificadas na aritmética, e particularmente com a álgebra de Al Karismi – à espera de que nos primeiros anos do século XIII, Leonardo de Pisa dê a conhecer os “algarismos” ditos arábicos, na verdade indianos, mas vindo da Índia pelos árabes. Os centros dessa incorporação à cultura cristã são representados por Chartres, as vizinhanças de Paris, mais tradicionalmente Laôn, Reims, Orléans e as feiras de Champagne.

Em Paris a voz dos goliardos é peculiar. De origem urbana, camponesa ou nobre, antes de tudo são errantes, representantes típicos de uma época em que o desenvolvimento demográfico, o despertar do comércio e a construção das cidades lançam nas estradas e reunido em suas encruzilhadas, que são as cidades, os deslocados, audaciosos e infelizes, que excluídos das estruturas estabelecidas representam o maior escândalo para os espíritos tradicionais (p. 48). A Alta Idade Média esforçava-se para situar cada um no seu lugar, na sua ocupação, na sua ordem, na sua condição. Os goliardos formam nas escolas urbanas aqueles grupos de estudantes pobres que vivem de expediente, tornam-se domésticos dos discípulos afortunados ou vivem de mendicância. Alguns, para ganhar a vida, tornam-se jograis ou bufões. Entre os goliardos encontraremos, talvez, Pedro Abelardo que, ao tornar-se um mestre, se estabeleceu no Monte de Sainte Geneviève. Abelardo foi antes de tudo um lógico e deixou um método com seu *Manual de lógica para principiante* e sobretudo com *Sic et non*. Afirma que é preciso uma ciência da linguagem, já que é difícil para as pessoas se entenderem. As palavras são feitas para significar e constituem o único lugar da generalidade – o nominalismo –, mas as palavras também têm fundamento na realidade. Le Goff também revisita a relação entre Abelardo e Heloísa fazendo considerações sobre a corrente antimatrimonial do século XII, destacando o tema da mulher e do casamento nesse período (p. 64) ao lembrar que a própria Heloísa evoca a imagem do casal intelectual pobre que formariam (p. 65) sem poder conciliar as responsabilidades de trabalho intelectual e a infra-estrutura que uma tal família necessita, quando se é um professor.

Chartres é o grande centro científico em que não se desenhavam as artes do *trivium*, mas o estudo das coisas, que eram objeto do *quadrivium* – aritmética, geometria, música e astronomia. Os

chartrianos sustentam seu racionalismo na crença sobre a onipotência da natureza. A natureza é em primeiro lugar um poder fecundante, perpetuamente criador, *mater generationis* (mãe da geração, mãe geradora). Mas a natureza é também o cosmos, um conjunto organizado e racional. É a rede das leis, cuja existência torna possível e necessária uma ciência racional do universo. O espírito chartriano é humanista não apenas no sentido que invoca a cultura antiga para edificação de sua doutrina, mas porque põe o homem no coração de sua ciência e de sua filosofia. Retoma a metáfora estoíca do mundo-fábrica, mediante obra de Gerhoch de Reichersberg, o *Livro sobre o edifício de Deus*. Para Honório de Autun, o exílio do homem é a ignorância e sua pátria é a ciência. Chegamos a essa pátria pelas artes liberais, que são igualmente cidades-etapas. A primeira cidade é a gramática, a segunda cidade é a retórica, a terceira cidade é a dialética, a quarta cidade é a aritmética, a quinta cidade é a música, a sexta cidade é a geometria e a sétima cidade é a astronomia, a oitava cidade é a física, na qual Hipócrates ensina aos peregrinos as virtudes e a natureza das ervas, das árvores, dos minerais, dos animais; a nona cidade é a mecânica, pela qual os peregrinos aprendem o trabalho com os metais, a madeira, o mármore, a pintura, a escultura e todas as artes manuais; a décima cidade é a economia que é a porta da pátria do homem, nela se regulamentam os Estados e as dignidades, nela se distinguem as funções e as ordens.

O autor enfatiza, sobremaneira, o “ofício de ensinar” ao afirmar que “o século XIII é o século das universidades porque é o século das corporações”. A dinâmica de todas as corporações é a mesma: “Em cada cidade em que existe um ofício agrupando um número importante de membros, esses membros se organizam em defesa de seus interesses para instaurar um monopólio que os beneficiem” (p. 93). Entretanto a dinâmica da universidade põe no centro do debate a relação entre o conhecimento e a sustentação, a aliança ou a ruptura com os poderes. “É lutando, ora contra os poderes eclesiais-ticos, ora contra os poderes leigos”, que as universidades adquirem sua autonomia (p. 94). O caso exemplar de Paris é destacado em seus sangrentos acontecimentos, que põem frente a frente os estudantes e a polícia real, culminado na conquista da autonomia da universidade. Durante dois anos não há cursos em Paris: só em 1231 é que São Luis e Branca de Castela reconhecem solenemente a inde-

pendência da universidade. Os universitários encontraram um aliado todo-poderoso: o papado. Isso teve um preço, é claro. Assim os professores se tornaram agentes pontifícios. Assim, “nascidos de um movimento que caminhava para o laicismo, integram-se à igreja, mesmo quando buscam, institucionalmente, sair dela” (p. 100).

A questão salarial dos intelectuais é apresentada a partir do dilema salário X benefício, a tendência preponderante foi a dos mestres em viver do dinheiro pago pelos estudantes. A gratuidade do ensino, proclamada pela Igreja no Concílio de Latrão de 1179, tinha como objetivo garantir o ensino aos estudantes pobres. Mas a Igreja não pode mantê-los. As congregações seculares opunham-se à extensão do espaço ocupado nas universidades pelos mestres pertencentes às novas ordens mendicantes. Os mendicantes, graduando-se em teologia, lecionam sem ter obtido previamente o mestrado em artes e, vivendo de esmolas, não exigem pagamento.

No declínio da Idade Média, entre as guerras e a evolução da renda feudal que assume a forma monetária, as classes dos artífices assumem formas proletárias, igualando-se aos camponeses. As camadas superiores fundem-se às classes dominantes. São designados para lecionar os obscuros professores das escolas comunais, no momento em que o título de mestre adquire um outro *status*. De início, no século XII, o *magister* é o contra-mestre, o chefe da oficina. O mestre-escola é mestre como são os outros artesãos. Isso muda quando os intelectuais não aceitam mais o risco de serem confundidos com trabalhadores. Assim se cumpre a cisão entre a teoria e a prática, entre a ciência e a técnica, modificando o impulso que no século XII e XIII aproximava as artes liberais das artes mecânicas. O exemplo principal é encontrado na medicina: a separação opera-se entre o médico-clérigo e o boticário-comerciante, cirurgião. No século XIV a divisão de cirurgias, distinguindo os *cirurgiões de beca* (bacharel ou licenciado) e os *barbeiros* (que cortam barba e cabelo e fazem pequenas cirurgias, vendem unguentos, fazem sangrias, curam feridas, contusões e abrem abscessos), é feita por meio de diferentes editos.

A mudança social faz operar uma modificação na própria escolástica que passa a renegar suas exigências fundamentais. No que se refere ao “equilíbrio entre a razão e a fé” (p. 162) as expressões dessa mudança podem ser destacadas na *corrente crítica e cети-*

ca que tem sua origem em Duns Scot e Ockham. Por essa corrente chegamos à distinção entre um conhecimento abstrato e um conhecimento intuitivo: o conhecimento abstrato “não nos permite saber se uma coisa que existe, existe, ou se uma coisa que não existe, não existe... o conhecimento intuitivo é aquele através do qual sabemos que uma coisa é, quando ela é; e que ela não é, quando ela não é” (p. 163), passando-se assim para a valorização do livre-arbítrio. Outras expressões são encontradas no experimentalismo científico (Autrecourt, Buridan, Oresme), que enfatiza a experiência “não dou tudo isso como certeza, mas apenas pediria aos Senhores Teólogos que me explicassem como tudo isso se produz” (p. 165). Na política o averroísmo de Marsílio de Pádua desempenhará um papel importante junto ao imperador Luís da Baviera na luta contra o papado. Marsílio assimilou a tradição gibelina que representou a mais importante luta contra as aspirações pontifícias em relação ao domínio do temporal, o princípio da separação dos poderes espiritual e temporal e a reivindicação do poder temporal para o imperador (p. 175), justificando a autonomia do Estado, fundada na separação do direito e da moral. O antiintelectualismo (Eckhart, Nicolas Cues, Pierre d’Ailly) se expressa pelo ataque ao aristotelismo e a apologia que faz à douta ignorância. O cardeal Nicolas de Cues assim se expressa: “hoje é a seita aristotélica que prevalece, e ela considera uma heresia a coincidência dos opostos, cuja admissão é o único caminho para a teologia mística” (p. 167).

As universidades seguiram rumo a uma aristocracia universitária; em Bolonha é reclamado um direito preferencial para filhos de doutores na sucessão das cadeiras vacantes. Tudo o que cerca os rituais universitários passa a representar os símbolos de nobreza (anel de ouro, emblema, barrete, túnica, capuz e longas luvas passam a ser, na Idade Média, símbolos de posição social e de poder). O intelectual integrando-se aos grupos privilegiados desaparece para dar lugar ao humanista. Esse é um aristocrata e ao tratá-lo, historicamente, é preciso destacar o movimento que retira os intelectuais da cidade, levando-os para o campo. O meio do humanista é a corte, notadamente o *Collège des Lecteurs Royaux* (Colégio dos Leitores Reais), que se tornará o *Collège de France*. Erasmo, em seu *Banquete Religioso*, admira que “haja pessoas que se deleitem com a fumaça das cidades”. Um outro aspecto é a desvinculação entre a

ciência e o ensino. A imagem escolhida por Le Goff para finalizar sua apresentação da passagem dos intelectuais da Idade Média para os humanistas é o contraste entre o professor, colhido em sua atividade de ensinar, cercado pelas bancadas em que se espreme o auditório e o erudito solitário, em seu gabinete.

Gesuína de Fátima Elias Leclerc
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e bolsista
da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (CAPES).